

QUINTA ADENDA AO PROSPETO DE BASE

8 de novembro de 2013



**Banco Comercial Português, S.A.
Sociedade Aberta**

Sede: Praça D. João I, 28, Porto

Capital Social: Euros 3.500.000.000

Matriculado na C.R.C. do Porto, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501.525.882

**PROGRAMA DE EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA
ATÉ AO MONTANTE DE €12.500.000.000**

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 135.º-C e no artigo 142.º do Código dos Valores Mobiliários, é elaborada a presente adenda (adiante designada por “Adenda”) ao Prospeto de Base datado de 6 de março de 2013 (adiante designado por “Prospeto de Base”) do Programa de Emissão de Valores Mobiliários Representativos de Dívida até ao montante de € 12.500.000.000 do Banco Comercial Português, S.A. (o “Banco”, devidamente identificado no Prospeto de Base), conforme alterado pela Adenda de 7 de maio de 2013, pela Adenda de 18 de julho de 2013, pela Adenda de 2 de agosto de 2013 e pela Adenda de 19 de setembro de 2013.

Aos termos iniciados com letra maiúscula nesta Adenda deverá ser atribuído o significado que têm no Prospeto de Base.

Esta Adenda deverá ser lida em conjunto com o Prospeto de Base.

Nos termos do n.º4 do artigo 142.º do Código dos Valores Mobiliários, os investidores que já tenham transmitido ordens de aceitação relativamente a uma oferta atualmente em curso ao abrigo do Programa acima referido, têm o direito de revogar a sua aceitação durante o prazo de dois dias úteis após a colocação à disposição do público da presente Adenda, isto é, até ao dia 13 de novembro de 2013.

1. Alterações ao Prospeto de Base

Sumário do Programa

Secção B – Emitente

Os pontos B.12 e B.15 são integralmente substituídos por:

B.12	Informação financeira histórica fundamental selecionada sobre o Emitente	Dados Financeiros selecionados do Emitente
-------------	---	--

	2012	2011	2010	2009
Balanço				
Ativo total	89.744	93.482	98.547	95.550
Crédito a clientes (líquido) (1)	62.618	68.046	73.905	74.789
Recursos totais de clientes (1)	68.547	65.530	67.596	66.516
Capitais próprios atribuíveis aos Acionistas				
Rendibilidade				
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-35,4%	-22,0%	9,8%	4,6%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	-32,6%	-28,0%	10,6%	5,7%
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	-1,3%	-0,8%	0,4%	0,3%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	-1,4%	-1,3%	0,4%	0,3%
Taxa de margem financeira	1,2%	1,7%	1,7%	1,6%
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,4%	2,6%	3,0%	2,7%
Eficiência				
Rácio de eficiência (2) (4)	66,6%	58,6%	54,1%	62,9%
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (4)	69,1%	60,2%	48,0%	59,2%
Custos com pessoal / Produto bancário (2) (4)	37,2%	32,1%	29,0%	35,2%
Qualidade do crédito				
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	6,2%	4,5%	3,0%	2,3%
Crédito com incumprimento / Crédito total (2)	8,1%	6,2%	4,5%	3,4%
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. (2)	1,9%	1,4%	1,2%	0,6%
Crédito em risco / Crédito total (2)	13,1%	10,1%	7,1%	6,0%
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. (2)	7,2%	5,5%	4,0%	3,3%
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	101,6%	109,1%	109,4%	119,0%
Custo do risco	252 p.b.	186 p.b.	93 p.b.	72 p.b.
Capital (*)				
Fundos próprios	6.773	5.263	6.116	7.541
Ativos ponderados pelo risco	53.271	55.455	59.564	65.769
Rácio Core Tier I (2)	12,4%	9,3%	6,7%	6,4%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (2)	11,7%	8,6%	9,2%	9,3%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (2)	12,7%	9,5%	10,3%	11,5%
Ação BCP				
Capitalização bolsista (ações ordinárias)	1.478	980	2.732	3.967
Nº de ações (milhões)	19.707,2	7.207,2	4.694,6	4.694,6
Cotação 31 Dezembro	0,075	0,136	0,582	0,845
Resultado líquido por ação básico e diluído ajustados (euros)	(0,100)	(0,053)	0,035	0,023
Valores de mercado por ação (euros) (5)				
Máximo	0,141	0,393	0,558	0,643
Mínimo	0,047	0,063	0,332	0,333
Fecho	0,075	0,088	0,353	0,505
Nota: valores em milhões de euros, exceto percentagens, número de sucursais, número de clientes e número de colaboradores				
(1) Ajustado das participações em associadas parcialmente alienadas - Millennium bank Turquia (2008) e Millennium bcpbank EUA (2008 a 2009).				
(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.				
(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.				
(4) Exclui impacto de itens específicos.				
(5) Valor de mercado por ação ajustado do aumento de capital.				
(*) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) entre 2012 e 2010 e de acordo com o método padrão em 2009 e 2008 (informação detalhada no capítulo "Capital").				

		30 set. 13*	30 set. 12*
	Balanco		
	Ativo total	83.121	89.274
	Crédito a clientes (bruto) (1)	60.588	64.322
	Recursos totais de clientes (1)	64.994	63.679
	Crédito total, líq. / Depósitos de clientes (2)	123%	139%
	Crédito total, líq. / Depósitos de clientes (3)	124%	137%
	Rendibilidade		
	Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,0%	2,3%
	Rendibilidade do ativo médio (ROA) (4)	-0,8%	-1,1%
	Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	-1,0%	-1,1%
	Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-27,6%	-30,4%
	Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	-25,3%	-25,2%
	Qualidade do crédito		
	Crédito com incumprimento / Crédito total (2)	9,1%	8,4%
	Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. (2)	3,6%	2,6%
	Crédito em risco / Crédito total (2)	12,3%	13,4%
	Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. (2)	7,0%	7,9%
	Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias (1)	81,4%	87,5%
	Rácios de eficiência (2) (5)		
	Custos operacionais / Produto bancário	70,8%	63,2%
	Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	88,6%	67,6%
	Custos com pessoal / Produto bancário	39,9%	35,8%
	Capital		
	Fundos próprios totais	6.691	6.693
	Riscos ponderados	48.711	54.847
	Rácio core tier I (2)	12,7%	11,9%
	Rácio de adequação de fundos próprios de base (2)	12,3%	11,2%
	Rácio de adequação de fundos próprios (2)	13,7%	12,2%
	<i>Nota: valores em milhões de euros, exceto percentagens</i>		
	<i>(1) Valor dos primeiros nove meses de 2012 ajustado para o atual perímetro.</i>		
	<i>(2) De acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, na versão vigente.</i>		
	<i>(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.</i>		
	<i>(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.</i>		
	<i>(5) Exclui o impacto de itens específicos.</i>		
	<i>* Informação financeira não auditada</i>		
	Não se verificou nenhuma alteração significativa adversa nas perspectivas do Banco desde 31 de dezembro de 2012.		
	Não se verificou nenhuma alteração significativa na situação financeira ou comercial do Banco desde 30 de setembro de 2013.		
B.15	Descrição sumária das principais atividades do Emitente	O Banco Comercial Português, S.A. é a empresa-mãe do Grupo Millennium, o maior grupo a operar no setor bancário português em número de sucursais e o segundo maior em ativos totais, em crédito a clientes (valor bruto, excluindo as titularizações de créditos não refletidas no balanço) e depósitos de clientes, de acordo com informação do Banco de Portugal reportada a 31 de dezembro de 2012. O Grupo oferece uma vasta gama de produtos bancários e serviços financeiros relacionados em Portugal e no mercado internacional, nomeadamente contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança, de investimento, de crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, “leasing” mobiliário e imobiliário, “factoring”, seguros, “private banking” e gestão de ativos, entre outros, servindo a sua base de clientes de forma	

		segmentada. No mercado internacional, o Grupo é reconhecido na Europa pelas suas operações na Polónia, Roménia e Suíça, e, em África, pelas suas operações em Moçambique e Angola. Todas as entidades referidas operam sob a marca Millennium.
--	--	--

Secção D – Riscos

O ponto D.2 é integralmente substituído por:

D.2	Principais riscos específicos do Emitente	<p>Determinados fatores poderão afetar a capacidade do Emitente para cumprir as obrigações para si resultantes dos Valores Mobiliários emitidos ao abrigo do Programa. Estes fatores incluem fatores específicos relativos à economia portuguesa, ao enquadramento legal e regulamentar, e à estrutura acionista, financeira e organizacional do Emitente.</p> <p>Fatores de risco relativos à crise económica e financeira da República Portuguesa</p> <p>O Banco apresenta uma elevada sensibilidade à evolução da economia portuguesa, a qual atravessa, atualmente, um período de grande instabilidade macroeconómica.</p> <p>O Programa de Assistência Económica e Financeira, o qual representa uma parcela importante das necessidades de financiamento da República Portuguesa para o período 2011-2014, pressupõe a adoção de certas reformas estruturais. Fatores económicos externos podem anular os benefícios económicos do PAEF.</p> <p>O PAEF prevê um regresso gradual aos mercados para financiamento da dívida pública e para as instituições financeiras, mas este poderá não ocorrer no período previsto.</p> <p>O negócio, os custos de financiamento e rendibilidade do Banco podem ser negativamente influenciados por diminuições do rating da República Portuguesa.</p> <p>Alterações no governo português ou da sua política económica poderão afetar adversamente a atividade do Banco.</p> <p>O quadro regulatório e de supervisão comunitário poderá condicionar a conjuntura económica e ter reflexos adversos na atividade operacional do Banco.</p> <p>Fatores de risco relativos à crise da dívida soberana na Europa</p> <p>O Banco tem exposição a dívida soberana grega, portuguesa, irlandesa, italiana e espanhola.</p> <p>O negócio e os resultados do Grupo têm vindo a ser, e poderão continuar a ser, afetados negativamente pela incerteza política que rodeia a crise da dívida soberana europeia.</p> <p>Fatores de risco relacionados com a volatilidade dos mercados de capitais globais</p> <p>Uma quebra adicional significativa nos mercados de capitais globais poderá ter um efeito adverso na atividade, nos resultados e na valorização dos investimentos estratégicos do Banco, bem como no valor dos ativos que integram a carteira do Fundo de Pensões do Grupo.</p> <p>A recente turbulência nos mercados financeiros, especialmente nos mercados interbancários e de dívida, tem conduzido à dependência do Banco no BCE para o acesso a financiamento.</p> <p>Os problemas financeiros dos clientes do Grupo podem afetar negativamente o Grupo.</p> <p>Fatores de riscos relacionados com a atividade do Banco</p>
-----	--	---

	<p>Reduções do rating de crédito do Banco poderão aumentar o custo de financiamento e dificultar a capacidade do Banco de se financiar ou de refinar a dívida.</p> <p>O Banco tem uma emissão de instrumentos híbridos subscrita pelo Estado (“Instrumentos de Capital Core Tier I”), que terá que ser reembolsada até junho de 2017, podendo o Banco não conseguir gerar capital que lhe permita assegurar o pagamento dos juros ou o reembolso da emissão, o que implicaria a conversão desses montantes em ações, e tornaria o Estado o acionista maioritário.</p> <p>As deliberações da Comissão Europeia relativas ao quadro comunitário da Recuperação Bancária e Resolução (“Quadro de Gestão da Crise”) podem restringir as operações negociais do Grupo e aumentar os seus custos de refinanciamento.</p> <p>O Plano de Reestruturação do Banco aprovado pela Comissão Europeia, cujas condições e obrigações o Banco terá de respeitar para garantir a compatibilidade do auxílio com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”) tem associado um risco de execução de cujo sucesso depende a capacidade de reembolso dos Instrumentos Híbridos subscritos pelo Estado no valor de 3 mil milhões de euros e a autonomia estratégica do Banco.</p> <p>A Comissão Europeia ou um tribunal nacional podem ordenar o reembolso de um auxílio de Estado atribuído ao Banco, se considerarem que esse auxílio é ilegal e/ou incompatível com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”).</p> <p>A atividade do Banco pode ser afetada por eventuais alterações no enquadramento regulamentar da atividade bancária, designadamente, entre outros fatores, no que respeita aos requisitos de capital e liquidez.</p> <p>O Banco está exposto a risco de crédito e à deterioração da qualidade dos seus ativos.</p> <p>Existe uma forte concorrência nas principais áreas de atividade do Banco.</p> <p>Para além da sua exposição às economias portuguesa e grega, o Banco está exposto a riscos macroeconómicos no seu negócio na Europa (Polónia e Roménia) e em África (Angola e Moçambique).</p> <p>O Banco está exposto à contração do mercado imobiliário.</p> <p>O Banco está sujeito ao aumento das obrigações e efeitos decorrentes do novo normativo legal no âmbito da prevenção, acompanhamento e regularização de situações de risco de incumprimento e/ou incumprimento.</p> <p>Novas disposições do BCE relativamente à discricionariedade de aceitação de dívida bancária garantida pelos Bancos Centrais Nacionais representam o risco de redução da pool de ativos elegíveis.</p> <p>A planeada criação de um sistema de garantia de depósitos aplicável a toda a União Europeia poderá resultar num encargo financeiro adicional para o Grupo.</p> <p>Os ativos de elevado grau de liquidez do Grupo podem não cobrir as responsabilidades para com a sua base de clientes.</p> <p>Os resultados de stress tests adicionais poderão implicar a necessidade de aumento de capital ou a perda da confiança pública no Grupo.</p> <p>O risco de taxa de juro do Banco é historicamente alto, tornando-o vulnerável a aumentos nas taxas de juro, o que poderá afetar negativamente a margem financeira e ter outras consequências adversas.</p> <p>Não existem garantias de preservação da base de clientes do Banco.</p> <p>O Banco está exposto a riscos reputacionais, designadamente emergentes de rumores que afetem a sua imagem e relacionamento com os clientes.</p> <p>Litígios laborais ou quaisquer outras ações podem criar problemas ou tornar mais</p>
--	---

	<p>dispendiosa a atividade do Banco.</p> <p>O Banco poderá ter que vir a suportar custos adicionais, nomeadamente no que respeita aos custos com pessoal, associados à implementação do seu plano de reestruturação.</p> <p>O Banco poderá ter dificuldades na contratação e retenção de pessoal qualificado.</p> <p>O Banco está exposto ao risco de alterações na sua administração.</p> <p>O nível de cobertura de responsabilidades do fundo de pensões do Banco pode vir a revelar-se insuficiente, o que originaria o apuramento de perdas atuariais no exercício, que são reconhecidas por contrapartida de reservas no exercício que ocorrem.</p> <p>A capacidade do Banco para alcançar certos objetivos depende da verificação de um conjunto de pressupostos relacionados com fatores que estão de modo significativo ou na sua totalidade fora do controlo do Banco e estão sujeitos a riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas e outros fatores.</p> <p>O Banco está exposto a riscos de mercado que se poderão traduzir no risco de desvalorização dos seus investimentos financeiros ou afetar os resultados da sua atividade de trading. O Grupo está exposto a riscos de seguros, em que o valor das reclamações de seguros poderá exceder o montante das reservas detido para fazer face a essas reclamações.</p> <p>O Banco está sujeito a riscos de compliance que poderão resultar em reclamações por não cumprimento da regulamentação e eventuais ações judiciais propostas por entidades públicas, autoridades reguladoras ou terceiros.</p> <p>O Banco está sujeito a riscos contingentes de implementação da sua estratégia, podendo não vir a ser atingidos, total ou parcialmente, os objetivos apresentados ao mercado no seu Plano Estratégico 2012-2017.</p> <p>O Banco está sujeito a determinados riscos operacionais que poderão incluir interrupções no serviço prestado, erros, fraudes atribuíveis a terceiros, omissões e atrasos na prestação de serviços e na implementação de requisitos para a gestão dos riscos.</p> <p>O Banco está sujeito a riscos tecnológicos, podendo uma falha nos sistemas de informação do Banco resultar, entre outros, em perdas operacionais, perdas de depósitos e investimentos de clientes, erros nos dados contabilísticos e financeiros e quebras de segurança dos dados.</p> <p>Os modelos financeiros do Banco incorporam premissas, juízos e estimativas que podem mudar ao longo do tempo ou que podem não ser precisos.</p> <p>O Banco está sujeito ao risco de alterações no relacionamento com os seus parceiros.</p> <p>As transações para carteira própria do Banco envolvem riscos.</p> <p>As operações de cobertura de risco (hedging) efetuadas pelo Banco poderão não ser adequadas para evitar perdas.</p> <p>A alteração da legislação e regulamentação fiscais e o aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Banco.</p> <p>Ataques terroristas ou uma pandemia poderão ter efeitos perturbadores, quer no volume de negócios quer na qualidade de crédito dos clientes, afetando o rendimento do Banco, a qualidade da carteira de crédito e, por conseguinte, a condição financeira do Banco.</p> <p>O Banco poderá confrontar-se com dificuldades na sua estratégia internacional.</p> <p>O Banco foi acusado e condenado pela CMVM e (não definitivamente) pelo Banco de Portugal em processos de contraordenação relacionados com operações, incluindo o financiamento da aquisição de ações emitidas pelo Banco, efetuadas com sociedades, designadamente sedeadas em centros off-shore, e, nesse contexto, procedeu ao registo cautelar de um ajustamento de 300 milhões de euros (220,5 milhões de euros líquidos de impostos) às suas demonstrações financeiras do exercício de 2006. O Banco contestou</p>
--	--

		<p>aqueles processos de contraordenação e impugnou judicialmente as decisões condenatórias do Banco de Portugal e da CMVM, sendo já conhecida uma decisão final referente ao processo de contraordenação da CMVM, que manteve a condenação do BCP no pagamento de uma coima de €5.000.000 e determinou a suspensão, pelo período de dois anos, da execução de metade do valor daquela coima. Em maio de 2012, o Banco procedeu ao pagamento da parte da coima cuja execução não foi suspensa (€2.500.000).</p> <p>O cumprimento das medidas previstas no Plano de Reestruturação poderá não ser suficiente para permitir o cumprimento de futuros requisitos de fundos próprios regulamentares e o Banco poderá ter que se comprometer com operações de gestão de responsabilidade adicionais e /ou poderá ter necessidade de voltar a receber investimento público.</p> <p>As obrigações emitidas pelo Banco com garantia do Estado Português poderão conferir ao Estado Português o direito de exercer certos direitos e de adquirir ações especiais.</p> <p>O Banco poderá ser objeto de uma oferta de aquisição não solicitada.</p> <p>O Banco poderá, na medida permitida pelas regras relativas às ajudas de Estado, participar em operações de concentração e / ou de aquisição, parcerias e / ou alienações.</p> <p>O Banco está sujeito a riscos relacionados com a estandardização de contratos e formulários.</p>
--	--	--

CAPÍTULO 1 – FATORES DE RISCO

1.4 Fatores de riscos relacionados com a atividade do Banco

O fator de risco “Apesar das iniciativas de mitigação do risco, o Banco continua exposto ao risco associado à Grécia” é eliminado.

CAPÍTULO 10 – RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO

A secção “Os Membros do Conselho de Administração do Emitente” é integralmente substituída por:

Os Membros do Conselho de Administração do Emitente

O Millennium bcp adotou, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de fevereiro de 2012, o modelo usualmente designado por monista, composto, nomeadamente no que se refere à administração da Sociedade, por um Conselho de Administração.

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português, eleito em Assembleia Geral de Acionistas, de 28 de fevereiro de 2012, para exercer funções no triénio 2012/2014, era composto por 20 membros. Após a ocorrência das seguintes alterações:

- i) dois membros foram nomeados pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios;
- ii) o Sr. Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte renunciou ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco, com efeitos a 31 de agosto de 2013 (sendo deste modo ainda membro do Conselho de Administração em 30 de maio de 2013, data da Assembleia Geral anual em que foram aprovadas as contas do exercício de 2012);
- iii) o Sr. Dr. António Manuel Costeira Faustino renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração do Banco, com efeitos a 31 de outubro de 2013;

o Conselho de Administração tem atualmente a seguinte constituição:

Presidente:	António Vítor Martins Monteiro
Vice-Presidentes:	Carlos José da Silva Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto André Luiz Gomes António Henriques de Pinho Cardão António Luís Guerra Nunes Mexia Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor (nomeado pelo Estado, em dezembro de 2012) César Paxi Manuel João Pedro Jaime de Macedo Santos Bastos João Bernardo Bastos Mendes Resende João Manuel de Matos Loureiro José Guilherme Xavier de Bastos José Jacinto Iglésias Soares José Rodrigues Jesus (nomeado pelo Estado, em dezembro de 2012) Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas

Miguel de Campos Pereira de Bragança
Miguel Maya Dias Pinheiro
Rui Manuel da Silva Teixeira

sendo a Comissão Executiva composta por:

Presidente:	Nuno Manuel da Silva Amado
1º Vice-Presidente:	Miguel Maya Dias Pinheiro
2º Vice-Presidente:	Miguel de Campos Pereira de Bragança
Vogais:	José Jacinto Iglésias Soares
	Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho
	Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas
	Rui Manuel da Silva Teixeira

Antes da alteração do modelo de governação da sociedade, ocorrida na supra mencionada Assembleia Geral, o Millennium bcp adotava o modelo de governo societário designado por dualista, composto, nomeadamente no que se referia à administração da Sociedade, por um Conselho de Administração Executivo.

Em 20 de maio de 2013, data da Assembleia Geral anual em que foram aprovadas as contas do exercício de 2012, eram membros do Conselho de Administração, António Vítor Martins Monteiro (Presidente) Carlos José da Silva, Nuno Manuel da Silva Amado e Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Vice-Presidentes) e, vogais, Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto, André Luiz Gomes, António Henriques de Pinho Cardão, António Luís Guerra Nunes Mexia, António Manuel Costeira Faustino, Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor (nomeado pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios), César Paxi Manuel João Pedro, Jaime de Macedo Santos Bastos, João Bernardo Bastos Mendes Resende, João Manuel de Matos Loureiro, José Guilherme Xavier de Basto e José Rodrigues Jesus (nomeado pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios), José Jacinto Iglésias Soares, Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho, Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas, Miguel de Campos Pereira de Bragança, Miguel Maya Dias Pinheiro e Rui Manuel da Silva Teixeira.

Em 31 de maio de 2012, data da Assembleia Geral anual em que foram aprovadas as contas do exercício de 2011, eram membros do Conselho de Administração, António Vítor Martins Monteiro (Presidente) Carlos José da Silva, Nuno Manuel da Silva Amado e Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Vice-Presidentes) e, vogais, Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto, André Luiz Gomes, António Henriques de Pinho Cardão, António Luís Guerra Nunes Mexia, António Manuel Costeira Faustino, César Paxi Manuel João Pedro, Jaime de Macedo Santos Bastos, João Bernardo Bastos Mendes Resende, João Manuel de Matos Loureiro, José Guilherme Xavier de Basto, José Jacinto Iglésias Soares, Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho, Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas, Miguel de Campos Pereira de Bragança, Miguel Maya Dias Pinheiro e Rui Manuel da Silva Teixeira.

Em 18 de abril de 2011, data da Assembleia Geral anual em que foram aprovadas as contas do exercício de 2010, eram membros do Conselho de Administração Executivo Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira (Presidente), Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo (renunciou ao cargo em 20 de junho de 2011) e Vítor Manuel Lopes Fernandes (Vice-Presidentes), Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho, Nelson Ricardo Bessa Machado, José João Guilherme (Vogais) e António Manuel Palma Ramalho (Vogal e designado Vice-Presidente em 6 de setembro de 2011, na sequência da renúncia apresentada por Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo).

Em 12 de abril de 2010, data da Assembleia Geral anual em que foram aprovadas as contas do exercício de 2009, eram membros do Conselho de Administração Executivo Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira (Presidente), Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo e Vítor

Manuel Lopes Fernandes (Vice-Presidentes), Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho, Nelson Ricardo Bessa Machado, José João Guilherme e Miguel Maya Dias Pinheiro (Vogais). Integrava ainda o Conselho, com funções suspensas desde novembro de 2009, Armando António Martins Vara.

CAPÍTULO 11 – DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO EMITENTE

O ponto “Introdução”, na secção “A. História e Evolução do Banco” é integralmente substituído pelo seguinte:

Introdução

O Banco Comercial Português, S.A. (“BCP” ou “Millennium bcp” ou “Millennium” ou “Banco Comercial Português”) é a empresa-mãe do Grupo Millennium, o maior grupo a operar no setor bancário português em número de sucursais e o segundo maior em ativos totais, em crédito a clientes (valor bruto, excluindo as titularizações de créditos não refletidas no balanço) e depósitos de clientes, de acordo com informação do Banco de Portugal reportada a 31 de dezembro de 2012. O Grupo oferece uma vasta gama de produtos bancários e serviços financeiros relacionados em Portugal e no mercado internacional, nomeadamente contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança, de investimento, de crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, “leasing” mobiliário e imobiliário, “factoring”, seguros, “private banking” e gestão de ativos, entre outros, servindo a sua base de clientes de forma segmentada. No mercado internacional, o Grupo é reconhecido na Europa pelas suas operações na Polónia, Roménia e Suíça, e, em África, pelas suas operações em Moçambique e Angola. Todas as entidades referidas operam sob a marca Millennium.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), um ativo total de 89.744 milhões de euros e recursos totais de clientes (que incluem depósitos de clientes, débitos titulados para com clientes, ativos sob gestão e seguros de capitalização) de 68.547 milhões de euros. O crédito concedido a clientes (bruto) era de 66.861 milhões de euros. O rácio de solvabilidade consolidado, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situava-se em 12,7% (Core Tier I em 12,4%).

De acordo com a informação do Banco de Portugal mais recente, o Grupo detinha uma quota de mercado de **19,4%** em crédito a clientes e **17,5%** em recursos totais de clientes no setor bancário português, a 30 de setembro de 2012. Com efeito, em 31 de dezembro de 2012, o Banco encontrava-se entre as empresas cotadas na Euronext Lisbon de maior dimensão em termos de capitalização bolsista (**1,4 mil** milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2012, a atividade em Portugal representava 75% dos ativos totais, 74% do crédito a clientes (bruto) e 66% dos depósitos totais de clientes. As operações internacionais representam já 51% do total de 1.699 sucursais e 56% dos 20.365 colaboradores do Grupo BCP. Os resultados líquidos das operações internacionais deverão registar uma importância crescente nos resultados do Grupo nos próximos anos. São de destacar a crescente dimensão da operação do Bank Millennium na Polónia, com 447 sucursais e uma quota de mercado de cerca de 4,8% em crédito a Clientes e 5,4% em depósitos (em novembro de 2012, com base na Associação Polaca de Bancos), a liderança destacada do Millennium bim no mercado moçambicano (em novembro de 2012: 32,9% em crédito a clientes e 31% em depósitos, com base em dados do Banco de Moçambique), o facto do Banco Millennium Angola ter prosseguido o seu plano de expansão, tendo aumentado a sua rede de distribuição para 76 sucursais em dezembro de 2012, com a sua quota de mercado em cerca de 3,0% no crédito a clientes e 2,7% em depósitos (novembro de 2012, com base no Banco de Angola).

A sede do Banco situa-se na Praça Dom João I, 28, 4000 – 295 Porto, com o número de telefone

+351 211 134 001.

O ponto “Natureza das Operações e Principais Atividades”, na secção “B. Perspetiva Geral do Negócio” é integralmente substituído pelo seguinte:

Natureza das Operações e Principais Atividades

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades financeiras e serviços bancários em Portugal e no estrangeiro, estando presente nos seguintes mercados: Polónia, Moçambique, Angola, Suíça, e Roménia. Em Portugal, as operações desenvolvidas pelo Banco encontram-se centradas principalmente na Banca de Retalho, disponibilizando, no entanto, um conjunto adicional de outros serviços financeiros (de acordo com o artigo 3 dos Estatutos, o objeto social do Banco “visa o exercício da atividade bancária, com a latitude permitida pelas leis”). O Banco encontra-se ainda envolvido em parcerias internacionais.

O Banco oferece uma vasta gama de produtos e serviços bancários relacionados, designadamente contas à ordem, meios de pagamento, transferência de fundos, produtos de poupança, de investimento, de crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, “leasing” mobiliário e imobiliário, “factoring”, seguros, “private banking” e gestão de ativos, entre outros. As atividades domésticas do Emitente na Banca de Retalho, conduzidas essencialmente através da sua rede de distribuição em Portugal, respeitam uma abordagem segmentada do mercado português de Banca de Retalho e servem as diferentes necessidades de grupos específicos de clientes. As operações de “back-office” para a rede de distribuição encontram-se integradas, de forma a beneficiar de economias de escala.

O Banco tem subsidiárias que oferecem outros serviços financeiros, nomeadamente banca de investimento, gestão de ativos e seguros. Estas subsidiárias distribuem geralmente os seus produtos através das redes de distribuição do BCP. As atividades de Banca de Retalho e de serviços financeiros relacionados do Banco, juntamente com as suas operações e parcerias internacionais, encontram-se descritas com maior pormenor infra.

O ponto “Estratégia”, na secção “B. Perspetiva Geral do Negócio” é integralmente substituído pelo seguinte:

Estratégia

Em setembro de 2012, o BCP apresentou um Plano Estratégico que compreendia três fases para os próximos 5 anos: i) Reforço da posição de capital e liquidez (em curso de 2012-2013); ii) Criação de condições para assegurar o crescimento e a rentabilidade (a executar de 2014-2015) e iii) Crescimento sustentável (de 2016 a 2017).

Assim, a 1.ª fase, que decorre de 2012 a 2013, tem como prioridades atingir rácios de capital confortáveis, melhorar a posição de liquidez e reforçar as provisões.

O BCP tem vindo a realizar um expressivo esforço de desalavancagem, com o crédito a clientes (bruto) a diminuir 8 mil milhões de euros e os recursos de clientes de balanço a aumentarem 3 mil milhões de euros, no período compreendido entre dezembro de 2009 e dezembro de 2012. O *gap* comercial reduziu-se em 13 mil milhões de euros entre dezembro de 2009 e dezembro de 2012, o rácio de crédito (bruto) sobre recursos de clientes de balanço reduziu-se de 152% em dezembro de 2009 para 120% em dezembro de 2012. O Banco amortizou 18,5 mil milhões de euros de dívida de médio longo prazo até dezembro de 2012 e o recurso ao BCE reduziu-se de 15 mil milhões de euros em dezembro de 2010 para 13 mil milhões de euros em dezembro de 2012, dos quais 12 mil milhões são LTRO (*long-term refinancing operations*) com o objetivo de substituir *funding* de curto prazo.

O rácio de CT1 aumentou de 6,4% em dezembro de 2009 para 12,4% em dezembro de 2012, beneficiando do reforço do CT1 em 3 mil milhões de euros resultado de operações de gestão do passivo (2011 e 2012), emissão de instrumentos híbridos (2012), apesar dos impactos negativos da Grécia e fundo de pensões e da redução dos *risk-weighted assets* (RWA) em 12 mil milhões de euros, resultantes do processo de desalavancagem e da adoção de metodologias IRB, apesar do *downgrade* dos *ratings*. O Banco implementou um Plano de Financiamento e Capitalização compreendendo a emissão de 3 mil milhões de instrumentos híbridos e um aumento de capital de 500 milhões de euros.

Em relação ao reforço do provisionamento, no período de 2010-2012 foram efetuadas dotações para imparidade no montante de 3.282 milhões de euros. Parte deste esforço de provisionamento resultou das inspeções realizadas como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI, EU e BCE. Assim o Programa Especial de Inspeções (SIP) do Banco de Portugal traduziu-se no reforço do provisionamento em 381 milhões de euros e Programa de Inspeções *on-site* à exposição aos setores da construção e promoção imobiliária (OIP) traduziu-se no reforço do provisionamento em 290 milhões de euros.

Na 2.^a fase, pretende-se assegurar a recuperação da rendibilidade em Portugal e o contínuo desenvolvimento do negócio na Polónia, Moçambique e Angola. A 3.^a fase tem como prioridade o crescimento sustentável dos resultados, com melhoria do balanceamento entre as contribuições das operações doméstica e internacionais.

De 2014 a 2015 (2.^a fase) o BCP tem como objetivo criar condições de crescimento e rendibilidade.

A partir de 2013, o Banco pretende recuperar a rendibilidade em Portugal de acordo com 3 vetores: melhorar a margem financeira, reduzir os custos operacionais e reduzir as dotações para imparidade. A melhoria da margem financeira deverá resultar da redução do custo dos depósitos e da continuação do *repricing* do crédito através da recomposição do *mix* da carteira de crédito. O objetivo de redução dos custos operacionais será efetuado através da redução da dimensão e da reorganização administrativa, consistindo na simplificação da organização, na melhoria de processos e na otimização da rede comercial. Em relação às dotações para imparidades a implementação de um novo modelo de gestão do crédito, abrangendo as fases da concessão, monitorização e recuperação deverá permitir uma redução do custo do risco. Estas ações deverão resultar numa recuperação da rendibilidade e aumento do ROE.

O BCP tem uma presença internacional única enfocada em mercados chave de forte crescimento do PIB e com elevada população (Polónia) ou com elevado crescimento das taxas de bancarização (Moçambique e Angola). Estas três operações representavam, no final de dezembro de 2012, 40% do total da rede de sucursais, 47% do total de Colaboradores, 19% do Volume de Negócios e 37% do Produto Bancário.

Na Polónia, o Bank Millennium dispõe de uma rede de sucursais bem distribuída e suportada numa moderna infraestrutura multicanal, qualidade de serviço de referência, elevado reconhecimento da marca, base de capital robusta, liquidez confortável e sólida gestão e controlo do risco. As principais iniciativas consistem na exploração de novas oportunidades de mercado no segmento empresarial com forte enfoque na Médias Empresas e na expansão do crédito ao consumo.

Moçambique é um mercado de elevado crescimento do PIB, baseado na exploração de recursos naturais e com expansão das taxas de bancarização acima da média regional. O potencial de expansão do crédito é significativo.

Angola é igualmente um mercado de forte crescimento do PIB, baseado na exportação de petróleo. Contudo, a contribuição do setor não petrolífero para a expansão do PIB tem vindo a aumentar, resultando essencialmente do investimento em grandes infraestruturas e da agricultura. Também em Angola as taxas de bancarização crescem acima da média regional.

O ponto “Negócios no Exterior”, na secção “B. Perspetiva Geral do Negócio” é integralmente substituído pelo seguinte:

Negócios no Exterior

Nos últimos anos, o BCP tem seguido uma estratégia centrada na expansão internacional. O BCP tem apostado em áreas de negócio que oferecem boas perspetivas de crescimento em mercados estrangeiros com uma forte ligação histórica a Portugal ou com comunidades de origem portuguesa de grande dimensão (tal como Angola e Moçambique), bem como nos mercados para os quais o seu modelo de negócio português de sucesso pode ser eficazmente exportado e ajustado aos mercados locais (tal como a Polónia e a Roménia).

Moçambique

O Grupo está presente em Moçambique desde 1995. Em 2012, o Millennium bim reforçou a liderança como maior Grupo financeiro em Moçambique. Com 151 balcões distribuídos por todo o país, o banco dispõe da rede de distribuição com maior dimensão e penetração geográfica em Moçambique. Em 2012, a evolução do negócio seguiu a estratégia adotada pelo banco, orientada para o reforço na captação de recursos, estimulando a poupança, e uma gestão prudencial na concessão de crédito, fatores que promoveram a solidez e estabilidade financeira do banco.

Em 31 de dezembro de 2012, o Millennium bim detinha ativos totais de 1.872 milhões de euros, 1.403 milhões de euros em recursos de clientes e 1.049 milhões de euros em crédito a clientes (bruto), operando com 151 sucursais e 2.444 colaboradores. O resultado líquido do Millennium bim, em Moçambique, diminuiu de 89,4 milhões de euros para 85,5 milhões de euros, em dezembro de 2012 (-4,4%). Esta diminuição do resultado líquido resultou essencialmente da evolução da margem financeira, e do aumento dos custos operacionais impulsionados pelo plano de expansão em curso. O ROE situou-se em 26,8%, o que compara com 38,3% no final de 2011.

Angola

O Banco Millennium Angola, S.A. foi constituído em 3 de abril de 2006, por transformação da Sucursal Millennium bcp em banco de direito angolano. Em 2008, o Banco Millennium Angola reforçou o seu objetivo de contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro em Angola, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores. Em fevereiro de 2009, foram efetuadas as transações financeiras relativas aos acordos de parceria estratégica estabelecidos com a Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (“**Sonangol**”) e o Banco Privado Atlântico, S.A. (“**BPA**”) através do aumento de capital efetuado no Banco Millennium Angola, S.A. (“**BMA**”), no valor de 105.752.496,80 USD.

Em 2012, o Banco estabeleceu como principais orientações estratégicas, o crescimento do negócio, compreendendo o alargamento da base de clientes, o reforço do seu posicionamento no mercado, através do aumento da captação de recursos em cada um dos segmentos de negócio e o aumento da penetração de produtos financeiros junto dos clientes. Para alcançar tal desiderato o BMA propôs-se a alargar a sua rede de distribuição, com abrangência nacional, por forma a aumentar a capilaridade, a oferecer produtos e serviços inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer as necessidades e expectativas de diferentes segmentos de mercado e reforçar o

programa de recrutamento e formação de quadros, assim como os processos de gestão e monitorização do risco, visando garantir um serviço de excelência aos seus clientes.

Em Angola, o Grupo aspira, com o investimento em curso, tornar-se num “player” de referência no setor bancário a médio prazo. O BMA aspira ainda a tornar-se um parceiro importante para as empresas do setor petrolífero, através da constituição de um centro de empresas específico, e apoio financeiro às empresas e de operações de “trade finance”.

Em dezembro de 2012, o BMA detinha um ativo total de 1.375 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1% face a 2011. Os volumes de crédito e de recursos de clientes registaram uma evolução positiva ao longo de 2012, traduzindo-se num aumento de 2,8% e 2,7%, respetivamente, face ao ano anterior. Os recursos totais de clientes atingiram 895 milhões de euros, enquanto o crédito a clientes (bruto) atingiu 521 milhões de euros. Em 2012 o BMA alcançou um resultado líquido de 37,3 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 12% comparativamente ao período homólogo do ano anterior. O produto bancário aumentou 17,9% face a 2011, atingindo 125,9 milhões de euros, tendo como principais contributos a evolução positiva da margem financeira e das comissões, que cresceram 9,1% e 41,8%, respetivamente. A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) situou-se em 18,4% e o rácio de eficiência em 53,3% (53,9% em dezembro de 2011).

Polónia

Na Polónia, o Grupo opera através do Bank Millennium, S.A., um banco universal dirigido a clientes particulares e a pequenas e médias empresas. O Bank Millennium oferece uma gama completa de produtos e serviços financeiros, designadamente depósitos, produtos de poupança e de investimento, crédito de curto, médio e longo prazo (nomeadamente, crédito hipotecário e crédito ao consumo), cartões de débito e crédito, transferência de fundos e outros meios de pagamento, fundos de investimento, seguros, “leasing”, serviços de tesouraria e operações no mercado monetário.

Em 1998, o Grupo celebrou um acordo de parceria com o grupo financeiro polaco BBG, ao abrigo do qual iniciou, com o BBG, uma operação de retalho no mercado polaco, sob o nome “Millennium”. O Emitente e o BBG detinham originalmente o controlo conjunto desta parceria. Em 2002, na sequência de uma reestruturação do BBG, este e o Emitente decidiram incorporar a referida parceria no BBG, concentrando as operações bancárias de ambos. Durante o último trimestre de 2002, o Emitente aumentou a sua participação no capital do BBG para 50%. No início de 2003, o BBG mudou a sua denominação para Bank Millennium. Em dezembro de 2006, o Emitente adquiriu 131.701.722 ações do Bank Millennium, correspondentes a 15,51% do capital social deste e respetivos direitos de voto, ao preço de 7,30 zlotys por ação, aumentando assim a sua participação para 65,51% do capital social e respetivos direitos de voto. Em fevereiro de 2010, o Bank Millennium completou com sucesso o aumento de capital de aproximadamente 258,6 milhões de euros, à data equivalente a cerca de 1.055,4 milhões de zlotys, através da emissão de direitos de 363.935.033 novas ações (3 novas ações por cada 7 detidas), com um preço de subscrição de 2,9 zlotys por ação. O Millennium bcp (principal acionista detendo 65,5% do capital) exerceu os seus direitos na totalidade. Os direitos remanescentes foram totalmente subscritos, com a procura das ações disponíveis para os acionistas minoritários a atingir quase quatro vezes a oferta.

No final de outubro de 2012, por altura da apresentação de resultados do 3.º trimestre, o Bank Millennium anunciou uma nova estratégia para 2013-2015. A definição da nova estratégia assentou nas perspetivas futuras para a envolvente macroeconómica, nas tendências atuais para a indústria bancária na Polónia e ainda no nível de ambição para atingir um desempenho superior e gerar valor para os acionistas, clientes e colaboradores.

Os objetivos a médio prazo definidos para 2015, de acordo com a nova estratégia, consistem em atingir um: (i) “Return on Equity” de 14-15%; (ii) Rácio de “cost-to-income” de 50%; (iii) Rácio

de “Loan-to-deposit” inferior a 100%; (iv) Rácio de Core Tier I superior a 10%; (v) Índice de satisfação dos clientes superior a 90% (clientes satisfeitos e muito satisfeitos) e (vi) Peso do crédito concedido a empresas (incluindo leasing) na carteira total de crédito de 30-35%. Neste sentido, as prioridades estratégicas para 2013-2015 compreendem o (a): (i) Enfoque em áreas que aportem valor e redirecionem o mix de produtos para produtos de elevada margem; (ii) Melhoria da eficácia de vendas da rede; (iii) Melhoria da estrutura de balanço e da rentabilidade do “franchise” para empresas; (iv) Preparação do Banco para o futuro, investindo na análise do negócio e numa plataforma multicanal e (v) Sustentação da vantagem de eficiência através da gestão rigorosa da plataforma e disciplina na poupança de custos.

Tendo em vista assegurar o crescimento sustentável do Bank Millennium, todas as iniciativas estratégicas deverão assegurar uma elevada base de capital, liquidez confortável, gestão do risco prudente, permanente controlo sobre os custos e processos simplificados. Assim, o Bank Millennium fechou 2012 com uma forte posição de capital e liquidez, com o rácio de *Tier I* a atingir 12,9%, claramente acima do objetivo assumido na nova estratégia de médio prazo, e um rácio Loans-to-deposit inferior a 100%. O Bank Millennium conseguiu ainda melhorar a eficiência das suas operações, com o rácio “cost-to-income” a situar-se abaixo de 60%. Em termos de rentabilidade, o resultado líquido aumentou face a 2011, apesar da rentabilidade dos capitais próprios ter sido afetada pelo reforço dos capitais próprios, induzido pelas recomendações do supervisor, no sentido dos bancos polacos reterem na totalidade os resultados de 2011 na sua base de capital.

Em 31 de dezembro de 2012, o Bank Millennium detinha ativos totais de 12.895 milhões de euros, 11.613 milhões de euros em recursos de clientes e 10.107 milhões de euros em crédito a clientes (bruto), operando com 447 sucursais e 6.001 colaboradores. O Bank Millennium registou um resultado líquido de 113,1 milhões de euros, em dezembro de 2012, o que representa uma variação de -0,2% ao registado no período homólogo.

Suíça

O Millennium bcp Banque Privée, constituído na Suíça, em 2003, é uma plataforma de “private banking”, que presta serviço a clientes do Grupo de elevado património, nomeadamente em matéria de gestão discricionária, aconselhamento financeiro e serviços de execução de ordens.

Uma das prioridades estratégicas centrais em 2012 consistiu em posicionar o banco como um “player” puro de “asset management”, reduzindo o rácio de crédito sobre ativos sob gestão, através do aumento da base de ativos dos clientes e da redução da carteira de crédito. Em 2012, o banco conseguiu reduzir a carteira de crédito (bruto) de 406 milhões de euros para 280 milhões de euros, centrando o esforço de desalavancagem nos créditos de risco elevado e melhorando, simultaneamente, a diversificação dos ativos usados como colateral.

O aumento da rentabilidade foi prosseguido, essencialmente através do *repricing* do crédito vivo, do aumento do comissionamento e da redução de custos de IT e com o pessoal. O impacto destas medidas será completamente visível e, em 2013, serão implementadas iniciativas adicionais de redução de custos com o objetivo de melhorar a rentabilidade.

A redução da carteira de crédito, bem como a utilização de fundos próprios e dos depósitos de clientes para financiar empréstimos a curto prazo através de “swaps” cambiais, permitiu ao banco atingir a autonomia em termos de “funding”, diminuindo significativamente os juros e custos equiparados e aumentando substancialmente a sua contribuição para a liquidez do Grupo.

Roménia

O Millennium bank, operação “greenfield” lançada na Roménia, em 2007, opera atualmente com uma rede de 65 sucursais e 7 centros empresa localizados nas principais cidades romenas. Ao completar o seu 5.º aniversário, o Millennium bank tem vindo a reforçar a sua posição no setor

bancário romeno, suportado pelo crescimento sustentado do negócio e por um crescente nível de notoriedade.

Em 2012, apesar da envolvente extremamente adversa e desafiante para o desenvolvimento da atividade bancária, o Millennium bank continuou a consolidar a sua posição no setor bancário romeno através do alargamento da sua base de clientes e do aumento do volume de negócios. Neste contexto, foram definidas as seguintes prioridades estratégicas: (i) Otimização do modelo de captação de Clientes com enfoque em produtos e segmentos-alvo; (ii) Incremento do negócio empresarial, através do desenvolvimento da relação bancária com as pequenas e médias empresas, nomeadamente através da aceleração do crescimento da carteira de crédito; (iii) Aumento dos níveis de eficiência e manutenção de uma abordagem conservadora relativamente à gestão do risco e (iv) Alteração na política de concessão de crédito, através da redução da quota de empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos totais do Bank Millennium situavam-se em 578 milhões de euros, 311 milhões de euros em recursos de clientes e 436 milhões de euros em crédito a clientes (bruto), operando com 65 sucursais e 639 colaboradores. O banco encerrou o ano de 2012 com um resultado negativo de 23,8 milhões de euros, o que representa uma variação de -33,8% relativamente ao mesmo período de 2011, em resultado principalmente da queda da margem financeira (-30,9%), apesar do esforço de contenção de custos, que levaram a uma diminuição de -3,7% dos custos operacionais em dezembro de 2012.

Ilhas Caimão

O Millennium bcp Bank & Trust é um banco sediado nas Ilhas Caimão vocacionado para a prestação de serviços bancários internacionais a clientes particulares com um elevado património e a clientes *corporate*. O Millennium bcp Bank & Trust acompanha uma carteira de clientes focada nas comunidades portuguesas na Europa, América do Sul (Brasil e Venezuela), África do Sul e países africanos lusófonos. O banco tem uma estrutura local e beneficia, em regime de subcontratação, do apoio do Banco Comercial Português, S.A. para um conjunto de atividades e funções, destacando-se, pela sua relevância, a gestão de tesouraria, a análise e gestão de diversos riscos (mercado, crédito, operacional), auditoria interna, custódia e liquidação.

Acontecimentos Recentes

Em 18 de outubro de 2013, o Banco Comercial Português informou que por motivos de ordem profissional, o Sr. Dr. António Manuel Costeira Faustino renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração do Banco.

O Banco informou ainda que a renúncia produziria efeitos no final do mês de outubro.

Em 29 de outubro de 2013, o Banco Comercial Português informou que o BCP Investment BV ("BCP BV"), uma subsidiária detida integralmente pelo Banco Comercial Português, S.A. ("BCP" e, juntos, o "Vendedor"), lançou um processo de accelerated placement, dirigido apenas a investidores institucionais (a "Colocação"), de até 235.294.117 ações ordinárias (as "Ações") do Piraeus Bank SA (a "Empresa") e 235.294.117 warrants para subscrição de ações ordinárias da Empresa (os "Warrants") com sujeição às condições de procura, preço e mercado. Tal representava o total da participação detida pelo BCP no Piraeus Bank SA. Os Warrants foram emitidos pelo Hellenic Financial Stability Fund ("HFSF"). Conforme anunciado pelo BCP no seu "Plano de Reestruturação" (2 de setembro de 2013), esta participação permanecia não estratégica para o Vendedor e era sua intenção alienar toda a participação.

Em 30 de outubro de 2013, foram anunciadas as condições de preço do referido accelerated placement de Ações e Warrants, pelo ao preço unitário combinado de €2,10, o que implicou um preço de €1,50 por Ação e €0,60 por Warrant. O valor de €1,50 por Ação representa um

desconto de 8,5% face ao preço de fecho do mercado no dia anterior, em linha com a média de preço das 30 sessões de bolsa anteriores.

O Banco informou ainda que a receita total estimada da Colocação é de €494 milhões e que deixará de deter Ações e Warrants do Piraeus Bank SA após a Colocação.

CAPÍTULO 14 – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Conselho de Administração

O segundo parágrafo da secção “**Conselho de Administração**” é integralmente substituído por:

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português, eleito em Assembleia Geral de Acionistas, de 28 de fevereiro de 2012, para exercer funções no triénio 2012/2014, era composto por 20 membros. Após a ocorrência das seguintes alterações:

- i) dois membros foram nomeados pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios;
- ii) o Sr. Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte renunciou ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco, com efeitos a 31 de agosto de 2013;
- iii) o Sr. Dr. António Manuel Costeira Faustino renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração do Banco, com efeitos a 31 de outubro de 2013;

o Conselho de Administração tem atualmente a seguinte constituição:

Presidente:	António Vítor Martins Monteiro
Vice-Presidentes:	Carlos José da Silva Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto André Luiz Gomes António Henriques de Pinho Cardão António Luís Guerra Nunes Mexia Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor (nomeado pelo Estado, em dezembro de 2012) César Paxi Manuel João Pedro Jaime de Macedo Santos Bastos João Bernardo Bastos Mendes Resende João Manuel de Matos Loureiro José Guilherme Xavier de Basto José Jacinto Iglésias Soares José Rodrigues Jesus (nomeado pelo Estado, em dezembro de 2012) Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas Miguel de Campos Pereira de Bragança Miguel Maya Dias Pinheiro

Todas as referências ao Sr. Dr. António Manuel Costeira Faustino e aos cargos por ele exercidos fora do Grupo Banco Comercial Português e relevantes para o mesmo são eliminadas da secção “**Conselho de Administração**”, “Cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Banco Comercial Português e relevantes para o mesmo:”.

CAPÍTULO 17 – INFORMAÇÃO GENÉRICA

A secção “Alterações significativas” é integralmente substituída pelo seguinte:

Alterações significativas

Não se verificou nenhuma alteração significativa adversa nas perspectivas do Banco desde 31 de dezembro de 2012.

Não se verificou nenhuma alteração significativa na situação financeira ou comercial do Banco desde 30 de setembro de 2013.

2. Informação financeira (inserção por remissão)

Em 4 de novembro de 2013, o Banco publicou o seu Relatório e Contas do Terceiro Trimestre de 2013 (o “Relatório”), incluindo o balanço e a demonstração de resultados consolidados do Millennium bcp. Uma cópia do Relatório foi enviada à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e, em virtude desta Adenda, o Relatório é inserido por remissão e faz parte integrante do Prospeto de Base. A informação inserida por remissão no Prospeto de Base pode ser consultada no sítio do Banco na internet, em www.millenniumbcp.pt e no sítio oficial da CMVM na Internet, em www.cmvm.pt.